

O coração das nossas trevas

O crime organizado nas instituições do Estado

FERNANDO SALLA

ESPÍRITO SANTO Luiz Eduardo Soares, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e Rodney Rocha Miranda

OBJETIVA 240 p., R\$ 36,90

No dia 14 de março de 2003, foi assassinado na cidade de Presidente Prudente (SP) o juiz de direito Antônio José Machado Dias. Poucos dias depois, em 24 de março, outro juiz de direito, Alexandre Martins de Castro Filho, também era assassinado em Vila Velha (ES). Muitas especulações foram feitas à época em torno das conexões entre os dois casos. O que o tempo e as investigações acabaram revelando é que havia um único elemento importante de ligação: as duas execuções tinham sido ordenadas pelo crime organizado. Porém, o mais relevante é que os dois juízes não foram vítimas de uma mesma organização criminosa, mas de grupos distintos, movidos por razões diferentes e integrados por pessoas com características sociais bastante distintas. De um lado, uma organização criminosa fortemente enraizada na população encarcerada dos presídios paulistas, de outro, uma organização criminosa enraizada em instituições públicas.

O livro *Espírito Santo* colabora de forma substantiva para o conhecimento dos fatos que envolveram a morte do juiz Alexandre Martins. Engana-se, no entanto, quem espera encontrar ali relatos sobre adolescentes e jovens adultos "pés - de - chinelo", armados até os dentes, petulantes, tiranizando as populações miseráveis que habitam os bairros das principais cidades do país. Quase não estão presentes tais personagens, sem eira nem beira, habitantes dos socavões e dos submundos que a nossa sociedade produz. O livro não está centrado na ação desse tipo de indivíduos. Quando aparecem, são apenas figuras secundárias, coadjuvantes num enredo cujos atores principais são de outro naipe social.

Trata-se de uma análise ímpar sobre o crime organizado no Brasil. Não entendido como sinônimo apenas de tráfico de drogas, como tão usualmente se tem pautado esse problema nos últimos anos no país. Porém, sobre outras esferas do crime organizado, aquele que é transversal, que está ao mesmo tempo dentro e fora do Estado, que é o produto da associação de indivíduos, promotores de atividades ilegais, com agentes e agências do Estado.

Conluio de autoridades

No livro, se revela à farta que as ações do crime organizado no Espírito Santo localizavam-se no coração de instituições como a polícia civil e militar, o poder judiciário, o poder legislativo e o poder executivo, desdobrando - se em múltiplas conexões com os negócios privados, com empresas dos mais variados setores. Um dos seus méritos consiste exatamente em desvendar esses circuitos, esvaziando a midiática abordagem do crime organizado como algo restrito ao tráfico de drogas-principalmente aquele praticado em favelas e bairros miseráveis.

O fio que conduz a narrativa e nos ensina sobre o crime organizado no Estado do Espírito Santo (mas que pode ser bastante útil para compreender outros contextos pelo Brasil afora), tem como evento principal o assassinato do juiz de direito Alexandre Martins de Castro Filho. A execução de Alexandre teria sido encomendada por um colega juiz. Alexandre estaria contrariando uma série de interesses relacionados à venda de sentenças judiciais. Os três autores acompanharam de perto a situação. Carlos Eduardo é também juiz e era amigo pessoal de Alexandre; Rodney Rocha, policial federal, estava no comando da Secretaria de Segurança Pública do Estado na época do assassinato e Luiz Eduardo Soares era secretário nacional de segurança.

A narrativa é cativante pois articula informações provenientes dos documentos oficiais de investigação, do noticiário da imprensa local e nacional, mas sobretudo das experiências vividas diretamente pelos autores. O leitor tem o relato objetivo dos fatos, mas também ao mesmo tempo pode imaginar e sentir as angústias, ansiedades, temores e indignações vividas pelos principais envolvidos e, em certa medida, pela própria vítima.

Para além do caso específico, o livro contribui para uma discussão das relações do Estado com o crime, na trilha de estudos clássicos como os de Charles Tilly¹, Jean François Bayart², Veena Das e Deborah Poole³. Essa vertente destaca que o crime não é algo que esteja "fora", longe do centro do poder, distante, situado em áreas remotas, mas constitui parte integrante da formação e funcionamento do Estado. As margens que delimitam o que é legal e que é ilegal estão e sempre estiveram em grande medida embaralhadas. O papel do Estado e de suas agências na gestão das ilegalidades é decisivo, pois, de um lado, conduz e comanda a repressão, a condenação e a prisão. De outro, atividades ilegais podem contar com fortes redes de cooperação e proteção. Nesse sentido, o livro proporciona um bom exercício de como ler a gestão dos "ilegalismos" na tradição analítica de Michel Foucault.

O livro relata ainda as obstruções no âmbito da polícia e do poder judiciário visando dificultar as investigações, a apuração dos fatos e a punição dos culpados. O que mostra de forma clara as artimanhas que protegem as ações do crime organizado quando este se encontra enraizado em determinadas esferas.

Espírito Santo ajuda a entender por que apurar casos de corrupção e de conluio de autoridades com o crime não é tarefa fácil e tem um custo político elevado, que nem sempre se deseja pagar no Brasil. O mais terrível é que tais conluios impõem muitas vezes trágico destino a homens dignos e honestos dispostos a enfrentá-los, como o foi o caso do juiz Alexandre Martins de Castro Filho.

1. TILLY, Charles (2000) «La guerre et la construction de l'État en tant que crime organisé». *Polix*, 49:97-122. Texto original em inglês «War making and state making as organized crime» IN.: EVANS, P.B.; RUES CHMEYER, D. & SCKOPOL, T. (1985) *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 169-191.

2. BAYART, Jean-Francois; ELLIS, Stephen & HIBOU, Béatrice (1999) *The Criminalization of the State in Africa*. Oxford: James Currey.

3.DAS, Veena & POOLE, Deborah (2008) "El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, 27:19-52.